



## *GESTÃO FINANCEIRA NO SETOR PÚBLICO: UMA ANÁLISE DOS INDICADORES ECONÔMICOS NA GESTÃO MUNICIPAL*

### *FINANCIAL MANAGEMENT IN THE PUBLIC SECTOR: AN ANALYSIS OF ECONOMIC INDICATORS IN MUNICIPAL MANAGEMENT*

Área temática: Administração Financeira

LEÃO, Airton Pereira da Silva<sup>1</sup>  
Faculdade Vale do Aço - FAVALE

#### RESUMO

A Análise das Demonstrações Contábeis e a verificação dos indicadores econômicos e financeiros proporcionam aos gestores públicos projeções das tendências futuras, pois permitem constatar a real situação do orçamento financeiro por um determinado período de tempo. O presente trabalho tem como objetivo analisar a gestão pública do município de São Luís – MA, por meio do Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Balanço Patrimonial dos anos de 2016, 2017 e 2018. Sendo assim, essa pesquisa classifica-se como exploratório-descritiva apresentando uma análise quantitativa e qualitativa, a partir de pesquisa documental, pesquisa bibliográfica e estudo de caso. Os resultados obtidos demonstram um equilíbrio no orçamento do município, foi detectado um declínio financeiro no ano de 2017, já quanto sua situação patrimonial, encontra-se estável. Assim, através destes resultados o gestor público poderá exercer uma gestão de maior qualidade desenvolvendo políticas públicas que visam o melhor para a população.

**Palavras-chave:** Indicadores Econômicos. Análise de Balanços. Demonstrações Contábeis.

#### ABSTRACT

The Analysis of the Financial Statements and the verification of the economic and financial indicators provide public managers with projections of future trends, as they allow to verify the real situation of the financial budget for a certain period of time. The present work aims to analyze the public management of the municipality of São Luís - MA, through the Budgetary Balance, Financial Balance and Balance Sheet for the years 2016, 2017 and 2018. Therefore, this research is classified as exploratory-descriptive presenting a quantitative and qualitative analysis, based on documentary research, bibliographic research and case study. The results obtained demonstrate a balance in the municipality's budget, a financial decline was detected in the year 2017, since its equity situation is stable. Thus, through these results the public manager will be able to exercise a higher quality management by developing public policies that aim the best for the population.

**Keywords:** Economic indicators. Balance Sheet Analysis. Accounting statements.

---

<sup>1</sup> Doutorando e Mestre em Administração e Contabilidade pela FUCAPE Business School; Especialista em Gestão Pública pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA); Economista pela Faculdade de Imperatriz (FACIMP); Professor da Faculdade Vale do Aço (FAVALE); E-mail: airtonleao@outlook.com.

## 1 INTRODUÇÃO

A análise financeira compreende o detalhamento de cada parte que compõe um todo, então a análise das demonstrações financeiras da entidade pública estuda como as receitas e as despesas orçamentárias são alocadas, mostrando a situação patrimonial da administração pública que, através do levantamento de dados consistentes, se propõe com base nas demonstrações mostrar a capacidade de solvência, tendência e rentabilidade do órgão em relação a sua gestão. Desde os primórdios da civilização houve a necessidade de analisar, verificar e controlar. Desde o princípio o homem já se preocupava em inventariar, registrar seus ganhos e suas perdas fazendo de maneira arcaica a variação de sua riqueza, isso nos leva a crer que a verificação desta variação é nada mais do que um forte indicio de quão antiga é a análise, que mesmo o homem no seu método mais rudimentar desempenhava habilidades de registrar que perduram até os tempos de hoje.

Os índices econômicos financeiros são utilizados para análise financeira, pois possibilitam aos gestores públicos um melhor gerenciamento do sistema orçamentário, já que os indicadores têm como função medir o desempenho da gestão. Os indicadores econômico-financeiros refletem os resultados da gestão por um determinado período de tempo, demonstrando sua situação naquele momento, os gestores precisam avaliar os índices obtidos pela análise das demonstrações contábeis, pois estes servem para mostrar o que está bem e o que precisa ser melhorado. Busca-se neste trabalho responder o seguinte problema: Como os indicadores econômicos financeiros contribuem para avaliar o desempenho da gestão pública do município de São Luís – MA, sob a ótica da análise de balanços? Desse modo, a verificação da situação econômico-financeira detalhada é indispensável para o bom gerenciamento.

Em razão disso, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar a gestão pública do município de São Luís – MA, por meio da análise do Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Balanço Patrimonial dos anos de 2016, 2017 e 2018, como objetivos específicos: a quantificação dos índices econômicos e financeiros, análises e interpretação das demonstrações contábeis e financeiras e traçar um perfil da gestão pública dos três exercícios analisados. Para alcance dos objetivos, foram utilizadas as pesquisas exploratória e descritiva para identificar o problema, suas características e comparar os quocientes por um determinado período de tempo, através de uma abordagem qualitativa e quantitativa, mostrando todos os fatores que contribuíram para determinação dos fatos e processos abordados, analisando a 3 ocorrência dos fenômenos. Sendo assim, a pesquisa qualitativa busca explicar o porquê das coisas, demonstrando o que convém ser feito, trabalhando com o universo de significados, motivos, valores e atitudes, enquanto a pesquisa quantitativa descreve a complexidade de um determinado problema, analisa, compreende, classifica e quantificam modalidades de coletas de informações.

Quanto aos procedimentos, foi realizada revisão bibliográfica, com a contribuição de autores sobre contabilidade pública, análise de demonstrações contábeis e análise de índices das demonstrações do setor público, aliada à pesquisa documental e ao estudo de caso, utilizando os dados dos demonstrativos contábeis do município objeto de estudo. Esta pesquisa se torna relevante, pois contribui para que os gestores públicos apliquem corretamente os recursos públicos com foco no bem-estar social, o administrador público utiliza as informações financeiras com a finalidade de garantir a eficácia na aplicação destes recursos. Com a análise dos índices é possível fazer projeções e obter conhecimento acerca da saúde econômica e financeira do órgão público, uma vez que os indicadores espelham a real situação do sistema orçamentário, ao realizar comparações de exercícios sucessivos e com outras entidades

públicas, possibilitando traçar um perfil da gestão atual. A pesquisa se justifica por mostrar os dados obtidos através de análises, destacando pontos comuns e diferentes entre os resultados da análise das entidades públicas.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

A contabilidade pública é uma ciência à disposição dos gestores públicos e da sociedade para o controle, gerenciamento e fiscalização das ações governamentais do patrimônio público. De acordo com Haddad e Mota (2012, p.63):

A Contabilidade Pública é o ramo da Ciência Contábil que aplica na Administração Pública as técnicas de registro dos atos e fatos administrativos, apurando resultados e elaborando relatórios periódicos, levando em conta as normas de Direito Financeiro (Lei n. 4.320/64), os princípios gerais de finanças públicas e os princípios de contabilidade.

As Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, NBC 16.1 (CFC, 2012, p.07) define:

Contabilidade Aplicada ao Setor Público é o ramo da ciência contábil que aplica, no processo gerador de informações, os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as normas contábeis direcionados ao controle patrimonial de entidades do setor público. O objetivo da Contabilidade Aplicada ao Setor Público é fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público e suas mutações, em apoio ao processo de tomada de decisão; a adequada prestação de contas; e o necessário suporte para a instrumentalização do controle social. O objeto da Contabilidade Aplicada ao Setor Público é o patrimônio público. A função social da Contabilidade Aplicada ao Setor Público deve refletir, sistematicamente, o ciclo da administração pública para evidenciar informações necessárias à tomada de decisões, à prestação de contas e à instrumentalização do controle social.

Os órgãos públicos não possuem como objetivo o lucro, porém, eles adquirem direitos e possuem obrigações além de comprarem, construir e produzir, ou seja, eles realizam várias operações contábeis que vão desde o financeiro a variação de seu patrimônio, estes ainda praticam atos administrativos em relação aos elementos que compõem seus bens, direitos e obrigações, como por exemplo, os convênios, as concessões e os contratos. A Contabilidade Pública é a responsável por acompanhar a evolução do patrimônio, através do orçamento, elemento principal do setor público, já que esta ciência verifica a execução da arrecadação das receitas e a realização das despesas, o orçamento é característica fundamental do setor público. Assim fica evidente que a Contabilidade Pública estuda, registra e demonstra: “O orçamento, os atos administrativos e o patrimônio público e suas variações”. (HADDAD e MOTA 2012, p. 63).

As funções da Contabilidade Pública são regidas pelo Art. 78 do Decreto Lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967:

Art. 78. O acompanhamento da execução orçamentária será feito pelos órgãos de contabilização.

§ 1º Em cada unidade responsável pela administração de créditos proceder-se-á sempre à contabilização destes.

§ 2º A contabilidade sintética ministerial caberá à Inspeção Geral de Finanças.

§ 3º A contabilidade geral caberá à Inspeção Geral de Finanças do Ministério da

Fazenda.

§ 4º Atendidas as conveniências do serviço, um único órgão de contabilidade analítica poderá encarregar-se da contabilização para várias unidades operacionais do mesmo ou de vários Ministérios.

§ 5º Os documentos relativos à escrituração dos atos da receita e despesa ficarão arquivados no órgão de contabilidade analítica e à disposição das autoridades responsáveis pelo acompanhamento administrativo e fiscalização financeira e, bem assim, dos agentes incumbidos do controle externo, de competência do Tribunal de Contas.

A análise das demonstrações contábeis do setor público é o estudo da variação patrimonial e do orçamento, que através do levantamento de dados consistentes se propõe com base nas demonstrações mostrar a execução das ações públicas. Desde os primórdios da civilização houve a necessidade de analisar, verificar e controlar patrimônios, muitos estudiosos acreditam que a análise das demonstrações contábeis é tão remota quanto à própria contabilidade.

De acordo com Iudícibus (2012, p.05):

Existe um conjunto de informações e conhecimentos básicos necessários para um entendimento mais profundo das vantagens e limitações da análise de balanços. Um dos fatores mais importantes é entender as premissas básicas contábeis que determinam a forma pela qual os próprios demonstrativos objetos de análise são levantados ou produzidos. São os denominados Princípios de Contabilidade.

As Demonstrações Contábeis do Setor Público são fundamentadas com base na Lei 4320/64, nos Art. 83 ao Art. 89 que dispõem sobre o objetivo da Contabilidade Pública:

Art. 83. A contabilidade evidenciará perante a Fazenda Pública a situação de todos quantos, de qualquer modo, arrecadem receitas, efetuem despesas, administrem ou guardem bens a ela pertencentes ou confiados.

Art. 84. Ressalvada a competência do Tribunal de Contas ou órgão equivalente, a tomada de contas dos agentes responsáveis por bens ou dinheiros públicos será realizada ou superintendida pelos serviços de contabilidade.

Art. 85. Os serviços de contabilidade serão organizados de forma a permitirem o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição patrimonial, a determinação dos custos dos serviços industriais, o levantamento dos balanços gerais, a análise e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros.

Art. 86. A escrituração sintética das operações financeiras e patrimoniais efetuar-se-á pelo método das partidas dobradas.

Art. 87. Haverá controle contábil dos direitos e obrigações oriundos de ajustes ou contratos em que a administração pública for parte.

Art. 88. Os débitos e créditos serão escriturados com individualização do devedor ou do credor e especificação da natureza, importância e data do vencimento, quando fixada.

Art. 89. A contabilidade evidenciará os fatos ligados à administração orçamentária, financeira patrimonial e industrial.

Na análise das demonstrações contábeis do setor público o objetivo é gerar informações para ajudar o gestor na tomada de decisão, essas informações são confiáveis e facilitam compreensão dos elementos contábeis pelos usuários. Os dados gerados pela análise, é realizada por meio de indicadores financeiros, os quais são instrumentos que proporcionam aos gestores públicos e a sociedade os resultados ganhos num determinado período. Se obtém também, por meios dos indicadores, sinais de descumprimentos de disposições legais por parte do administrador público, como por exemplo, os limites estabelecidos pela Lei de

Responsabilidade Fiscal, esta demonstra a transparência das contas públicas estando pautada pela legislação. Conforme define o Art. 50 a 52 da Lei Complementar Nº 101/2002:

Art. 50. Além de obedecer às demais normas de contabilidade pública, a escrituração das contas públicas observará as seguintes:

I - A disponibilidade de caixa constará de registro próprio, de modo que os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória fiquem identificados e escriturados de forma individualizada;

II - A despesa e assunção de compromisso serão registradas segundo o regime de competência, apurando-se, em caráter complementar, o resultado dos fluxos financeiros pelo regime de caixa;

III - as demonstrações contábeis compreenderão, isolada e conjuntamente, as transações e operações de cada órgão, fundo ou entidade da administração direta, autárquica e fundacional, inclusive empresa estatal dependente;

IV - As receitas e despesas previdenciárias serão apresentadas em demonstrativos financeiros e orçamentários específicos;

V - As operações de crédito, as inscrições em Restos a Pagar e as demais formas de financiamento ou assunção de compromissos junto a terceiros, deverão ser escrituradas de modo a evidenciar o montante e a variação da dívida pública no período, detalhando, pelo menos, a natureza e o tipo de credor;

VI - A demonstração das variações patrimoniais dará destaque à origem e ao destino dos recursos provenientes da alienação de ativos.

§ 1º No caso das demonstrações conjuntas, excluir-se-ão as operações intragovernamentais.

§ 2º A edição de normas gerais para consolidação das contas públicas caberá ao órgão central de contabilidade da União, enquanto não implantado o conselho de que trata o art. 67.

§ 3º A Administração Pública manterá sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

Art. 52. O relatório a que se refere o § 3º do art. 165 da Constituição abrangerá todos os Poderes e o Ministério Público, será publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre e composto de:

I - Balanço orçamentário, que especificará, por categoria econômica, as:

a) receitas por fonte, informando as realizadas e a realizar, bem como a previsão atualizada;

b) despesas por grupo de natureza, discriminando a dotação para o exercício, a despesa liquidada e o saldo;

II - Demonstrativos da execução das:

a) receitas, por categoria econômica e fonte, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada no bimestre, a realizada no exercício e a previsão a realizar;

b) despesas, por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando dotação inicial, dotação para o exercício, despesas empenhada e liquidada, no bimestre e no exercício;

c) despesas, por função e subfunção.

§ 1º Os valores referentes ao refinanciamento da dívida mobiliária constarão destacadamente nas receitas de operações de crédito e nas despesas com amortização da dívida.

§ 2º O descumprimento do prazo previsto neste artigo sujeita o ente às sanções previstas no § 2º do art. 51.

Observa-se que com transparência da gestão fiscal dos órgãos públicos, obteve avanços significativos em relação ao controle orçamentário dos gastos públicos, concretizando a análise financeira como uma ferramenta essencial para obtenção de dados e informações para determinações públicas, permitindo aos gestores traçar metas e objetivos para uma melhor aplicação dos recursos, buscando o bem de toda a sociedade com mais recursos para saúde,

educação, segurança e cultura, já que este é o foco principal da Administração Pública, o bem estar comum.

De acordo com Kohama (2011), os índices utilizados na análise das demonstrações contábeis do setor público são obtidos a partir de dados do balanço orçamentário, financeiro e patrimonial.

## 2.1 Índices do Balanço Orçamentário

a) Equilíbrio Orçamentário: Neste índice relaciona a despesa fixada e receita prevista. É representada pela fórmula:  $\text{Despesa Fixada/Receita prevista}$ . Índice menor que 1 significa houve uma economia nos recursos já na fase de elaboração do orçamento;

b) Execução da Receita: Demonstra a relação da receita executada e receita prevista. É representado pela fórmula:  $\text{Receita Executada/Receita Prevista}$ . Índice maior que 1 significa que se obteve uma receita executada maior do que a prevista, com uma alta da arrecadação do que orçado;

c) Execução de Despesa: Índice obtido através da despesa executada e despesa fixada. É representado pela fórmula:  $\text{Despesa Executada/Despesa Fixada}$ . Resultado maior que 1 indica que se teve despesas ocorridas sem a devida autorização legal.

## 2.2 Índices do Balanço Financeiro

a) Resultado Orçamentário: Obtido através da receita realizada e a despesa executada. É representado pela fórmula:  $\text{Receita Realizada/Despesa Executada}$ . Este índice demonstra a existência do superávit déficit orçamentário, índice igual a 1 indica que existe um equilíbrio orçamentário que seria o ideal;

b) Execução Orçamentária: Encontrado através da receita orçamentária e despesa orçamentária. É representado pela fórmula:  $\text{Receita Orçamentária/Despesa Orçamentária}$ . Demonstra o quanto das despesas orçamentárias é pago com recursos da receita orçamentária;

c) Financeiro Real da Execução Orçamentária: Encontrado pela relação entre a receita orçamentária e a despesa orçamentária paga. É representado pela fórmula:  $\text{Receita Orçamentária/Despesa Orçamentária paga}$ . O resultado desse índice é considerado normal se igual a 1. Se maior que 1 é considerado bom, menor que 1 deve-se fazer uma avaliação mais rigorosa;

d) Execução Orçamentária Corrente: Obtém-se pela receita corrente e despesa corrente. É representado pela fórmula:  $\text{Receita Corrente/Despesa Corrente}$ . Indica o quanto do total das despesas correntes foi pago com recursos oriundos de receitas correntes. Índice igual a 1 significa equilíbrio corrente;

e) Execução Orçamentária de Capital: Obtém-se pela receita de capital e despesa de capital. É representado pela fórmula:  $\text{Receita de Capital/Despesa de Capital}$ . Índice igual a 1, a receita de capital recebida no exercício é igual ao montante das despesas de Capital realizadas no exercício, representa equilíbrio orçamentário de capital, índice maior que 1 a receita de capital recebida é maior do que a despesa de capital realizada, índice menor que 1 tem-se um déficit de capital, o total das receitas de capital é menor do que o total das despesas de capital;

f) Execução Extra Orçamentária: Demonstra a relação entre a receita extra orçamentária e a despesa extra orçamentária. É representado pela fórmula:  $\text{Receita Extra Orçamentária/Despesa Extra Orçamentária}$ . Índice maior que 1 indica dívida flutuante;

g) Resultado da Execução Financeira: Demonstrado através da soma das receitas orçamentárias e extra orçamentárias e a soma das despesas orçamentárias e extra

orçamentárias. É representado pela fórmula: Receita Orçamentária + Receita Extra Orçamentária/Despesa Orçamentária + Despesa Extra Orçamentária. É por meio deste indicador que se analisa o resultado do balanço financeiro;

h) Resultado dos Saldos Financeiros: É a relação entre o saldo do exercício seguinte e o saldo do exercício anterior. É representado pela fórmula: Saldo que Passa para o Exercício Seguinte/Saldo do Exercício Anterior. Índice igual a 1 temos um superávit financeiro, menor que 1 temos a indicação de movimentação financeira de origem extra orçamentária.

### 2.3 Índices do Balança Patrimonial

a) Situação Financeira: Obtido por meio do ativo financeiro e passivo financeiro. É representado pela fórmula: Ativo Financeiro/Passivo Financeiro. Se o resultado for maior que 1 tem-se um superávit financeiro, ou seja, total de recursos financeiros superam as obrigações financeiras. Se for menor que 1 tem-se um déficit financeiro, na medida que a soma das disponibilidades mais direitos realizáveis é menor que o total obrigações financeiras;

b) Situação Permanente: Obtido por meio do ativo permanente e passivo permanente. É representado pela fórmula: Ativo Permanente/Passivo Permanente. Índice maior que 1 indica que a soma dos bens, crédito e valores que compõem os bens e direitos de longo prazo superam as dívidas de longo prazo, se o resultado do índice for menor que 1 as dívidas superam a soma dos bens, crédito e valores que compõem os bens e direitos de longo prazo;

c) Resultado Patrimonial: Encontrado através da relação entre a soma do ativo real e a soma do passivo real. É representado pela fórmula: Soma do Ativo Real/Soma do Passivo Real. Resultado for igual a 1 temos equilíbrio patrimonial.

## 3 METODOLOGIA

Neste trabalho foram utilizadas, quanto aos objetivos, as pesquisas exploratória e descritiva, analisando os demonstrativos contábeis dos exercícios de 2016 a 2018 do Município de São Luís – MA e, quanto à abordagem do problema, a pesquisa qualitativa em relação à análise e interpretação dos indicadores e a pesquisa quantitativa, que busca a relação causa efeito entre os fenômenos, descrevendo a complexidade de um determinado problema. Para Prodanov e Freitas (2013, p. 51):

Pesquisa exploratória: Quando a pesquisa se encontra na fase preliminar, tem como finalidade proporcionar mais informações sobre o assunto que vamos investigar, possibilitando sua definição e seu delineamento, isto é, facilitar a delimitação da pesquisa; orientar a fixação dos objetivos e a formulação das hipóteses ou descobrir um novo tipo de enfoque para o assunto. Pesquisa descritiva: Quando o pesquisador apenas registra e descreve os fatos observados sem interferir neles. Visa a descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática.

Na operacionalização da pesquisa, adotou-se a pesquisa documental através dos demonstrativos contábeis da prefeitura analisada, a pesquisa bibliográfica desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos (GIL, 2002) e o estudo de caso na prefeitura de São Luís – MA.

Segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 55), “a pesquisa documental baseia-se em materiais que não receberam ainda um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de

acordo com os objetivos da pesquisa”. Gil (2008, p. 76), afirma que o estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado. Os dados foram coletados por meio das demonstrações disponibilizadas na internet e analisados com aplicação dos indicadores nas demonstrações públicas.

O resultado é evidenciado através de índices, os quais demonstram a situação econômica e financeira da administração pública no período objeto de estudo. O município de São Luís - MA foi escolhido por ser a capital do Estado do Maranhão, fundada em 08 de setembro de 1612, com população estimada em 1.094.667 habitantes (IBGE, 2018), caracterizada como porto fluvial e marítimo desempenha um importante papel na economia do país, devido à instalação do Porto de Itaqui um dos maiores em amplitude de maré do Brasil o que nos permite mais agilidade na escoação de produtos, conseqüentemente, temse um crescimento populacional e uma maior geração de riquezas. Em relação aos exercícios de 2016, 2017 e 2018, a escolha considerou os períodos recentes e disponíveis no portal da transparência.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foram analisados os demonstrativos Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e o Balanço Patrimonial da Prefeitura Municipal de São Luís - MA dos anos de 2016,2017 e 2018 e calculados seus índices econômico-financeiros dos respectivos anos.

Tabela 1: Balanço Orçamentário

MUNICÍPIO DE SÃO LUIS						
	2018		2017		2016	
	Previsão	Executadas	Previsão	Executadas	Previsão	Executadas
<b>Receitas</b>						
<b>Rec. Correntes</b>	<b>3.047.355.779,94</b>	<b>2.787.125.319,23</b>	<b>2.724.590.966,45</b>	<b>2.602.531.889,91</b>	<b>2.713.524.403,29</b>	<b>2.586.686.104,24</b>
Receita Tributária	839.585.312,00	519.644.494,20	707.884.741,87	682.484.727,94	732.625.234,23	618.948.211,61
Rec. de Contribuição	254.610.191,00	212.583.828,95	265.052.366,32	233.518.294,44	239.795.958,00	222.119.901,52
Rec. Patrimonial	60.803.039,00	27.835.093,72	48.568.007,19	32.140.960,84	38.676.269,00	54.295.674,67
Rec. de Serviços	397.073,00	87.900,17	432.492,03	208.460,10	220.013,00	286.781,36
Transf. Correntes	1.803.145.703,31	1.998.090.074,35	1.613.629.856,34	1.613.798.968,85	1.628.926.980,18	1.589.865.773,24
Outras Rec. Cor.	88.814.461,63	28.883.927,84	89.023.502,70	40.380.477,74	73.279.948,88	101.169.761,84
<b>Rec. de Capital</b>	<b>73.773.317,00</b>	<b>16.803.014,86</b>	<b>105.592.297,26</b>	<b>7.742.088,95</b>	<b>131.837.717,64</b>	<b>60.410.572,90</b>
Oper. de Crédito	50.743.780,00	12.790.433,27	49.035.973,57	7.112.547,29	91.623.479,64	56.723.289,89
Alienação de Bens	-	111.735,15	-	1.416,66	42.482,00	-
Transf. Capital	23.029.537,00	3.900.846,44	56.556.323,69	628.125,00	40.171.756,00	3.687.283,01
<b>Déficit</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>30.562.232,49</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>3.121.129.096,94</b>	<b>2.803.928.334,09</b>	<b>2.860.745.496,20</b>	<b>2.610.273.978,86</b>	<b>2.845.362.120,93</b>	<b>2.647.096.677,14</b>
<b>Despesas</b>						
<b>Des. Correntes</b>	<b>2.748.369.705,69</b>	<b>2.615.399.879,52</b>	<b>2.577.817.720,35</b>	<b>2.398.670.981,87</b>	<b>2.464.873.248,69</b>	<b>2.403.940.466,47</b>
Pessoal e Encar. Sociais	1.596.168.895,82	1.523.231.039,56	1.596.981.700,65	1.501.537.924,79	1.447.032.242,92	1.497.124.524,37
Juros e Enca. da Dívida Interna	23.163.269,82	21.177.247,62	19.862.597,91	19.862.597,91	24.023.075,83	18.988.742,47
Outras Desp. Cor.	1.129.037.540,05	1.070.991.592,34	960.973.421,79	877.270.459,17	993.817.929,94	887.827.199,63
<b>Des. de Capital</b>	<b>254.283.874,16</b>	<b>158.080.889,08</b>	<b>235.854.031,57</b>	<b>87.044.416,39</b>	<b>318.602.445,62</b>	<b>200.997.521,57</b>
Investimentos	187.803.143,45	92.630.813,17	235.854.031,57	87.044.416,39	267.628.094,53	154.521.105,62
Inver. Financeiras	-	-	-	-	23.913,12	23.913,12
Amor. da Dívida	66.480.730,71	65.450.075,91	47.073.744,20	46.785.884,40	50.950.437,97	46.452.502,83
Reserva de Cont.	37.801,56	-	-	-	-	-
Res. do RPPS	50.931.519,00	-	-	-	-	-
<b>Superávit</b>	<b>67.506.196,53</b>	<b>30.447.565,49</b>	<b>-</b>	<b>77.772.696,16</b>	<b>61.886.426,62</b>	<b>42.158.689,10</b>
<b>Total</b>	<b>3.121.129.096,94</b>	<b>2.803.928.334,09</b>	<b>2.860.745.496,12</b>	<b>2.610.273.978,82</b>	<b>2.845.362.120,93</b>	<b>2.647.096.677,14</b>

Fonte: Adaptado da Prefeitura Municipal de São Luís – MA.

Tabela 2: Balanço Financeiro

MUNICIPIO DE SÃO LUIS			
	2018	2017	2016
Receita Orçamentária	2.803.928.334,09	2.610.273.978,86	2.647.096.677,14
Transferências Financeiras Recebidas	604.300.935,64	582.358.249,64	530.348.851,66
Recebimentos Extraorçamentários	2.589.819.598,52	1.374.496.274,89	11.299.404.011,36
Saldo do Exercício Anterior	587.417.791,68	635.424.051,30	460.239.306,64
<b>Total</b>	<b>6.585.466.659,93</b>	<b>5.202.552.554,69</b>	<b>14.937.088.846,80</b>
Despesa Orçamentária	2.773.480.768,60	2.532.501.282,70	2.604.937.988,04
Transferências Financeiras Concedidas	703.198.679,38	563.828.406,62	583.278.910,46
Pagamentos Extraorçamentários	2.321.653.087,48	1.518.805.073,69	11.113.447.897,00
Saldo em Espécie do Exercício Seguinte	787.134.124,47	587.417.791,68	635.424.051,30
<b>Total</b>	<b>6.585.466.659,93</b>	<b>5.202.552.554,69</b>	<b>14.937.088.846,80</b>

Fonte: Adaptado da Prefeitura Municipal de São Luís – MA.

Tabela 3: Balanço Patrimonial

MUNICIPIO DE SÃO LUIS			
	2018	2017	2016
<b>ATIVO</b>			
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>905.879.559,25</b>	<b>674.049.967,09</b>	<b>693.244.017,00</b>
Caixa e Equivalente de Caixas	438.973.888,27	293.023.890,58	490.259.313,03
Credito Tributário a Receber	36.121.767,61	31.599.998,42	-
Demais Créditos e Valores	37.273.112,12	28.021.639,91	39.601.752,47
Adiantamentos Concedidos a Pessoal e a Terceiros	383.538,52	339.012,27	289.022,04
Outros Créditos e Valores	36.889.573,60	27.682.627,64	39.312.730,43

<b>PASSIVO</b>			
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>930.017.078,03</b>	<b>823.082.234,97</b>	<b>1.017.421.704,89</b>
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais	345.108.636,88	220.677.352,90	302.530.975,34
Pessoal a pagar	236.428.368,69	145.279.046,55	262.559.746,44
Encargos Sociais a Pagar	108.680.268,19	75.398.306,35	39.971.228,90
Empréstimos e Financiamentos	84.939.605,23	51.220.717,45	34.664.439,60
Fornecedores e Contas a pagar	269.743.958,15	331.949.007,08	505.976.501,90
Obrigações Fiscais	41.413,26	58.236,21	7.715,86
Demais Obrigações	230.183.464,51	219.176.921,33	174.242.072,19
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>871.114.399,36</b>	<b>868.425.169,96</b>	<b>766.757.785,62</b>
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	589.124.666,42	565.227.451,29	497.399.150,98
Fornecedores a Longo Prazo	21.372.049,30	41.810.689,71	61.423.156,67
Provisões a Longo Prazo	261.207.746,52	261.207.746,52	207.926.209,70
Demais Obrigações a Longo Prazo	(590.062,88)	179.282,44	9.268,27
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>3.796.278.598,16</b>	<b>2.632.817.154,79</b>	<b>2.168.083.427,10</b>
Patrimônio Social e Capital Social	1.321.254.929,56	1.321.254.929,56	1.324.303.049,58
Reservas de Capital	111.735,15	-	-
<b>Resultados Acumulados</b>	<b>2.474.911.933,45</b>	<b>1.311.562.225,23</b>	<b>843.770.377,52</b>
Resultado do Exercício	1.163.130.871,34	367.140.552,45	473.523.271,10
Resultado do Exercício Anteriores	967.422.085,30	600.281.532,85	126.757.897,60
Ajustes de Exercício Anteriores	344.358.976,91	344.140.139,93	243.489.208,82
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>5.597.410.075,55</b>	<b>4.324.324.559,72</b>	<b>3.952.262.917,61</b>
<b>ATIVO</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	<b>787.134.124,47</b>	<b>587.417.791,68</b>	<b>635.424.051,30</b>
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>4.810.275.951,08</b>	<b>3.736.906.768,04</b>	<b>3.316.838.866,31</b>
<b>PASSIVO</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>	<b>1.060.552.225,70</b>	<b>926.377.038,03</b>	<b>972.673.426,21</b>
<b>PASSIVO PERMANENTE</b>	<b>932.877.902,66</b>	<b>950.517.142,29</b>	<b>952.119.063,30</b>

Fonte: Adaptado da Prefeitura Municipal de São Luís – MA.

Tabela 4: Indicadores Econômico Financeiro

Balço Orçamentário				
Exercício		2018	2017	2016
Equilíbrio Orçamentário	DF/RP	1,00	1,00	1,00
Execução da Receita	RE/RP	0,90	0,91	0,93
Execução de Despesa	DE/DF	0,90	0,91	0,93
Balço Financeiro				
Exercício		2018	2017	2016
Resultado Orçamentário	RE/DE	1,00	1,00	1,00
Execução Orçamentária	RO/DO	1,01	1,03	1,02
Financeiro Real da Execução Orçamentária	RO/DO paga	1,00	1,00	1,00
Execução Orçamentária Corrente	RC/DC	1,07	1,08	1,08
Execução Orçamentária de Capital	R Capital/D Capital	0,11	0,09	0,30
Execução Extra Orçamentária	REOrç. /DEOrç.	1,12	0,90	1,02
Resultado da Execução Financeira	RO + REOrç / DO + DEOrç.	1,06	0,98	1,02
Resultado dos Saldos Financeiros	Saldo Exérc. Seguinte / Saldo Exérc. Anterior	1,34	0,92	1,38
Balço Patrimonial				
Exercício		2018	2017	2016
Situação Financeira	AF/PF	0,74	0,63	0,65
Situação Permanente	AP/PP	5,16	3,93	3,48
Resultado Patrimonial	A Real/ Soma P Real	2,81	2,30	2,05

Fonte: Adaptado da Prefeitura Municipal de São Luís – MA.

### 4.1 Análise do Balço Orçamentário

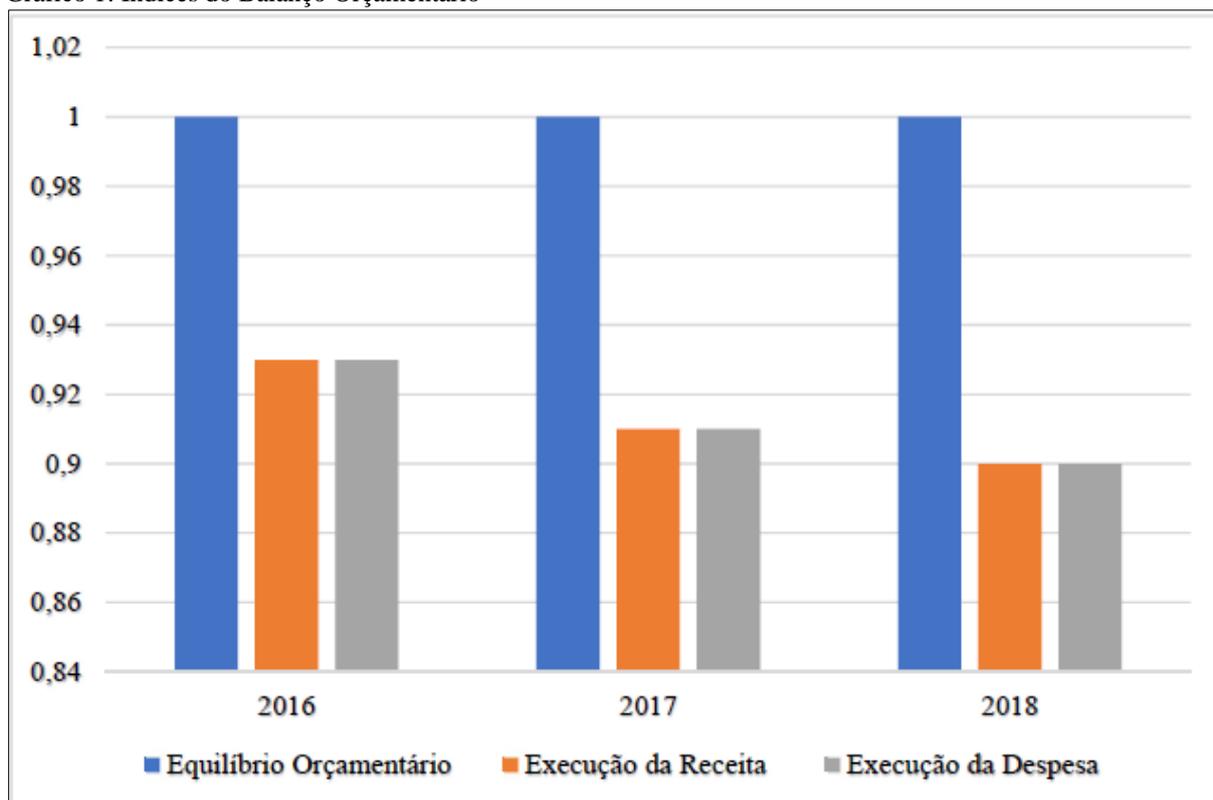
Os índices calculados do balanço orçamentário demonstram o equilíbrio orçamentário previsto e o executado das despesas e receitas orçamentárias. Avaliando os resultados dos índices conforme tabela 4 tem-se:

O índice Equilíbrio Orçamentário é igual a 1 demonstra que a despesa fixada foi igual a receita prevista para todos os anos, não havendo abertura de créditos adicionais. Pode-se observar que as receitas previstas foram suficientes para realização das despesas fixadas em todos os anos, neste período foi constatado uma situação de equilíbrio orçamentário.

No índice Execução da Receita foi inferior a 1 em todos os anos, demonstrando que a receita arrecadada foi inferior em relação a prevista, portanto, percebe-se que em todos os anos o índice está próximo a 1 evidenciando um equilíbrio do que se estimou arrecadar. Este indica a quantidade da receita prevista realizado no exercício.

Quanto ao índice Execução da Despesa que evidencia o quanto de despesa fixada para o exercício foi realizada, assim como a execução da receita este foi inferior a 1 em todos os anos, significando uma economia orçamentária, já que não se teve uma execução da totalidade das despesas previstas e autorizadas. O gráfico 1 abaixo demonstra o equilíbrio orçamentário do município de São Luís em todos os anos estudados.

Gráfico 1: Índices do Balanço Orçamentário



Fonte: Elaborado pelo autor.

## 4.2 Análise do Balanço Financeiro

No Resultado Orçamentário é obtido pela receita executada e despesa executada o índice para os três anos foram iguais a 1, o qual se refere a um resultado orçamentário em equilíbrio, onde as despesas foram executadas na mesma proporção em que as receitas foram arrecadadas.

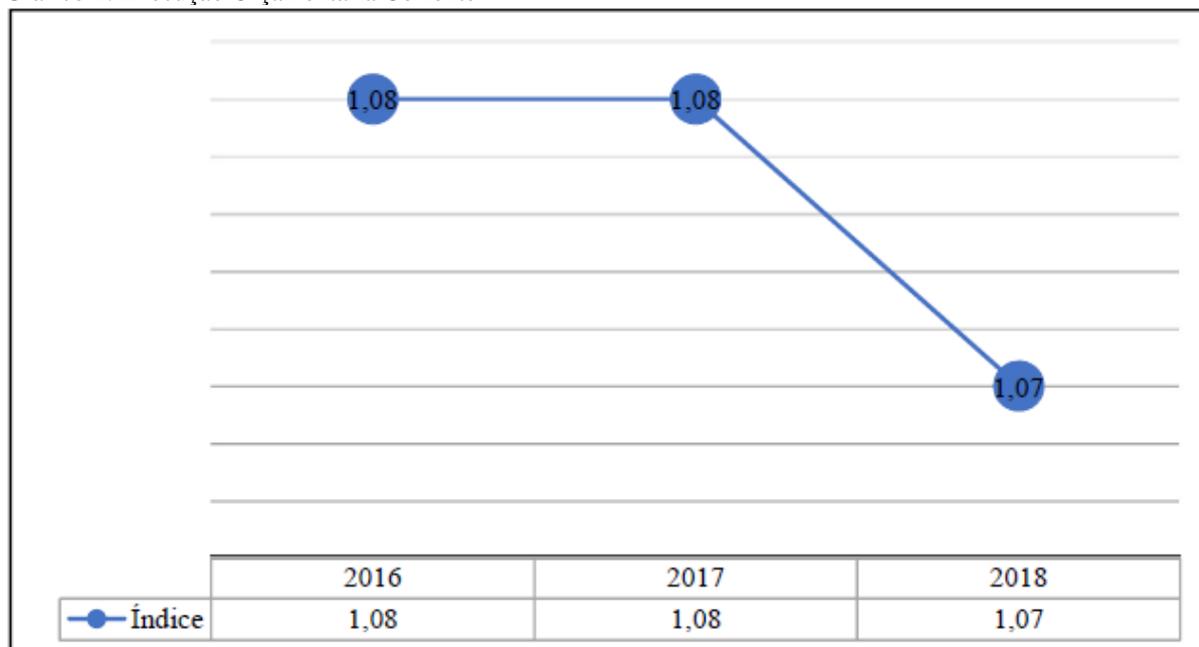
Na figura 4, contém os questionários apresentados e com opções de marcar mais de uma resposta, os dados apresentados são o quantitativo de respostas com sua porcentagem em relação a um total de 100 pessoas. Pode-se evidenciar que os usuários optam pelo sistema PEGE devido a sua praticidade na economia de papel e sustentabilidade, pois auxiliar na conservação do meio ambiente.

A Execução Orçamentária indica o quanto das despesas orçamentárias foram pagas com recursos da receita orçamentária, o quociente deste índice foi superior a 1 em todos os anos, indicando um superávit orçamentário já que a receita orçamentária foi maior que a despesa orçamentária. O Índice Financeiro Real da Execução Orçamentária indica o resultado orçamentário e financeiro, pois verifica qual parte da receita orçamentária recebida foi utilizada para pagamento das despesas orçamentárias, o quociente foi igual a 1 para todos os anos, significa que as receitas orçamentárias foram iguais as despesas.

Assim como o Resultado Orçamentário desmontou um equilíbrio nos anos verificados, o Índice Financeiro Real também demonstrou um equilíbrio financeiro nas contas públicas do município analisado. Na análise da Execução Orçamentária Corrente obteve-se índice superior a 1, evidenciando um superávit, já que se observa que as receitas correntes são mais que as despesas correntes, assim se verifica que as receitas correntes arrecadadas foram suficientes

para a execução das despesas de capital, mostrando-se como um ponto positivo para o resultado financeiro do município. Conforme o gráfico 2 abaixo pode-se evidenciar um superávit em todos os anos analisados.

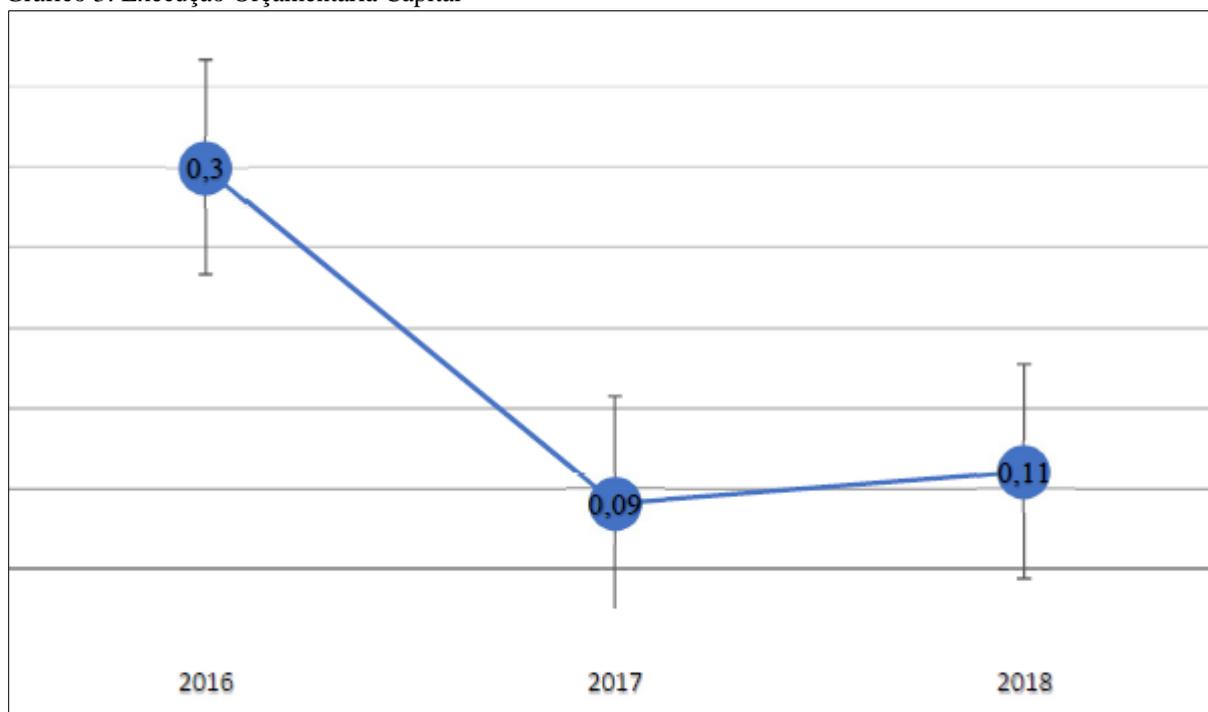
Gráfico 2: Execução Orçamentária Corrente



Fonte: Elaborado pelo autor.

O índice Execução Orçamentária de Capital foi menor que 1 para todos os anos, demonstrando uma situação favorável do município, pois os excedentes de despesas de capital foram pagos com receitas correntes, considerando que receita de capital são oriundas da redução patrimonial, através da venda de bens ou aumento da dívida pública, por meio de operações de crédito. O Gráfico 3 abaixo mostra que com o decorrer dos anos tivemos um declínio desse quociente. Quanto ao índice Execução Extra Orçamentária, foi evidenciado que nos anos de 2018 e 2016 o índice foi maior que 1, apenas para o ano de 2017 representou índice abaixo, este resultado indica que nos anos em que o índice foi superior a 1 ouve um aumento da dívida flutuante, ou seja, as dívidas a curto prazo do município.

Gráfico 3: Execução Orçamentária Capital



Fonte: Elaborado pelo autor.

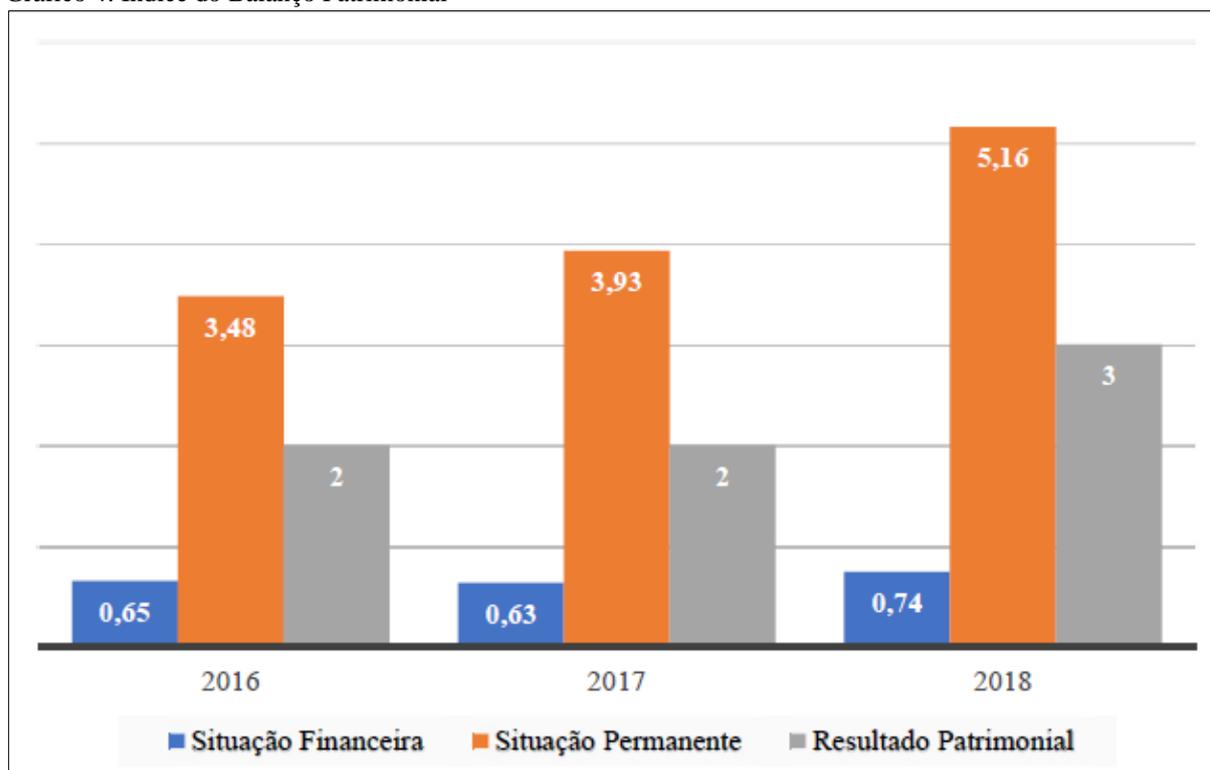
O índice Resultado da Execução Financeira seguiu a mesma linha do índice execução extra orçamentária com os anos de 2016 e 2018 superior a 1 e o ano de 2017 inferior. Nos anos de 2016 e 2018, o índice indica que o total das receitas orçamentárias e extra orçamentárias superaram as despesas, já para o ano de 2017 observa-se um início de déficit financeiro. Para o índice Resultado dos Saldos Financeiros tem-se também índices superiores a 1 para os anos de 2018 e 2016 e índice menor que 1 para o ano de 2017, nos anos em que o índice foi superior mostra um superávit financeiro com o aumento do saldo disponível em relação ao exercício anterior, já para o ano de 2017 em que o índice é menor, indica que se teve movimentação financeira dos recursos extra orçamentária.

### 4.3 Análise do Balanço Patrimonial

Na análise do índice Situação Financeira percebe-se uma situação desfavorável para a prefeitura com déficit para todos os anos analisados, conforme o gráfico 4, todos os índices foram inferior a 1. O ano de 2017 foi o mais crítico, pois para cada R\$ 1,00 em obrigações a prefeitura tinha disponível R\$ 0,63, apresentando um cenário de déficit financeiro no município. Quanto ao índice Situação Permanente que demonstra a situação financeira a longo prazo, detectou-se uma situação patrimonial positiva para todos os anos com índice superior a 1, indicando que a soma de seus bens, crédito e valores a longo prazo superam suas dívidas a longo prazo.

No índice Resultado Patrimonial a análise se obteve índice superior a 1 em todos os anos, assim tem-se que a soma dos bens e direitos do município é superior a totalidade de suas obrigações, mostrando um município em equilíbrio quando se observa sua totalidade, o gráfico 4 demonstra esta situação em comparação com os outros índices do Balanço Patrimonial.

Gráfico 4: Índice do Balanço Patrimonial



Fonte: Elaborado pelo autor.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi analisar a gestão pública, a partir da avaliação dos indicadores econômicos financeiros apurados pela análise das demonstrações contábeis, adotando-se diversos indicadores com o intuito de fazer uma análise ampla e detalhada. Foi realizada uma análise documental, onde se apurou os índices dos indicadores econômicos financeiros da Prefeitura Municipal de São Luís – MA, utilizando o Balanço Orçamentário, o Balanço Financeiro e o Balanço Patrimonial do período de 2016, 2017 e 2018. Com os resultados da análise foi possível evidenciar que o Município de São Luís apresenta um equilíbrio orçamentário, considerando as receitas realizadas e as despesas executadas, durante todo o período considerado.

Verificou-se também uma insuficiência na arrecadação em todos os anos, por outro lado a execução de suas despesas não chegaram a uma totalidade fazendo uma compensação em relação a arrecadação. O que ficou evidenciado com a análise é que os índices do Balanço Orçamentário se encontram em situação de equilíbrio para o município. Em relação a análise do Balanço Financeiro, verificou-se um déficit em 2017 e um superávit para os anos de 2016 e 2018, com um aumento no saldo disponível para estes anos e, em 2017, o município não obteve entradas suficientes para cobrir todas as suas obrigações.

Já a análise do Balanço Patrimonial mostrou que o município tem um déficit quanto às disponibilidades a curto prazo, a soma de seus bens e direitos são menores que suas obrigações; quando a análise é ao longo prazo, o município já demonstra uma estabilidade de seu

patrimônio representado por saldo patrimonial positivo. No geral os indicadores patrimoniais demonstram um equilíbrio com a situação permanente positiva compensando assim a situação financeira a curto prazo.

Todas estas informações buscam auxiliar na tomada de decisões dos gestores, pois os indicadores são mecanismos de avaliação de gestão. Desta forma, os resultados encontrados neste trabalho servem como instrumentos de técnica de gestão para a administração pública do município, assim os gestores poderão desenvolver políticas públicas mais eficientes, com o foco no bem-estar social, e proporcionar a sociedade uma administração com contas transparentes, possibilitando acesso às informações relacionadas à gestão e aplicação dos recursos públicos. Assim, recomenda-se que este trabalho de análise seja recorrente, para estudos futuros, sugere-se uma maior abrangência das demonstrações do município e um comparativo com outros municípios.

### REFERÊNCIAS

BEZERRA FILHO, João Eudes. Contabilidade Pública: teoria, técnica de elaboração de balanços e questões. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

BRASIL. Decreto Lei nº 200, de 25 de fevereiro 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decretolei/del0200.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decretolei/del0200.htm)>. Acesso em: 01 mai. 2019.

\_\_\_\_\_. Lei nº 4320, de 17 de janeiro de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/14320.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14320.htm)>. Acesso em: 05 mai. 2019.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 101, de 14 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e da outra providência. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/del0200.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/del0200.htm)>. Acesso em: 01 mai. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). Normas brasileiras de contabilidade. Contabilidade aplicada ao Setor Público: NBC T 16.1 a NBC T 16.11. Brasília: CFC, 2012. Disponível em: <[http://cfc.org.br/wpcontent/uploads/2018/04/Setor\\_Público.pdf](http://cfc.org.br/wpcontent/uploads/2018/04/Setor_Público.pdf)>. Acesso em: 18 abr. 2019.

COSTA, Claudivan da Silva. Análise das demonstrações contábeis no setor público: avaliação de indicadores financeiros e de solvência. Contabilidade Pública - Unisul Virtual, 2018.

FERNANDES, Alice Munz et al. Metodologia de pesquisa de dissertações sobre inovação: análise bibliométrica. Desafio Online, v. 6, n. 1, 2018.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HADDAD, Rosaura Conceição; MOTA, Francisco Glauber Lima. Contabilidade pública.



# IV SIMPÓSIO SUL-MATO-GROSSENSE DE ADMINISTRAÇÃO

ADMINISTRAÇÃO INOVADORA E SUSTENTÁVEL:  
ANÁLISE E PERSPECTIVAS

ISSN 2675-4185



Florianópolis: Departamento de Ciência e Administração UFSC. Brasília: CAPES: UAB, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. Análise de balanços. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

KOHAMA, Hélio. Contabilidade pública: teoria e prática. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2000.  
\_\_\_\_\_. Balanços público: teoria e prática. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARION, José Carlos. Análise das demonstrações contábeis. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RESENDE, Erilma Carmo da Silva; GOMES, José Batista; LEROY, Rodrigo Silva Diniz. Análise de balanços na contabilidade pública do município de Rio Paranaíba–MG. Revista Brasileira de Gestão e Engenharia. ISSN 2237-1664, n. 14, p. 175-197, 2016.

SÃO LUÍS. Transparência. Disponível em: <<http://transparencia.saoluis.ma.gov.br.htm>>. Acesso em: 25 abr. 2019.